

Reconhecimento ou Redistribuição: O que o debate entre Honneth e Fraser diz das lutas sociais e vice-versa

Paulo Sérgio da Costa Neves¹

Resumo

Neste texto, buscamos revisitar o debate entre Honneth e Fraser acerca dos conceitos de reconhecimento e redistribuição sob duas óticas diferentes. Por um lado, faremos isso tentando verificar os ecos e as consequências dessa discussão nas obras desses dois autores posteriores ao livro-debate de 2003. Assim, se é verdade que as divergências centrais entre eles se mantiveram, também é fato que houve uma aproximação entre seus modos de conceber as fontes de injustiças nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, no espírito da teoria crítica, que tanto Honneth quanto Fraser reivindicam a herança, tentaremos discutir como esse debate dialoga com as tendências recentes do movimento negro, mostrando, assim, que esse debate é tanto teórico quanto político.

Palavras-chave: Reconhecimento. Redistribuição. Movimento Negro. Teoria Crítica.

Introdução²

O debate estabelecido entre Axel Honneth e Nancy Fraser em torno da complementaridade ou não dos conceitos de *reconhecimento* e *redistribuição*, em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, marcaram época e incitaram um reganho de interesse teórico e político por *categorias morais* nas discussões sobre o justo em diversos espaços sociais. Desse modo, não seria errôneo afirmarmos que a publicação, em 2003, do livro *Redistribution or Recognition, a*

1 Doutor em Sociologia e Ciências Sociais pela Université Lumière Lyon2, atualmente é Professor Titular na Universidade Federal do ABC.

2 As primeiras versões deste texto foram apresentadas em mesas redondas organizadas nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia em julho de 2017 e da Brazilian Studies Association (BRASA) em julho de 2018. Gostaria de expressar minha gratidão a todos que, durante os debates, ajudaram-me a aprofundar e afinar a reflexão aqui avançada. As pesquisas nas quais o texto se embasa foram financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Political and Philosophical Exchange, com textos de Fraser e Honneth, tem um valor tanto pelas ideias que contém quanto pelo impacto que teve nos âmbitos da filosofia política e moral e das ciências sociais do início do século XXI.

Certamente, muito dessa importância advêm também do uso público das categorias forjadas pelos autores em seus textos. Ou seja, apesar do alto nível de abstração e de enraizamento na tradição filosófica do debate entabulado entre eles, esse não era apenas um debate intelectual ou teórico, mas também político. Algo visível, inclusive, pelo fato de que diversos atores sociais incorporaram esses conceitos em seus discursos.

Não estamos longe aqui da ideia que Nancy Fraser traduz em termos de “*folk philosophies*” e “*folk paradigms*” no artigo que inicia o debate no livro citado. Tampouco estamos longe das ideias de autores que chamam a atenção sobre o fenômeno da *justificação*, visto como inerente à condição humana (FORST, 2002; BOLTANSKI; THÉVÉNOT, 1994). Nesse caso, os modelos de justificação usados no cotidiano pelos atores sociais podem ser semelhantes aos modelos prevalentes no campo da filosofia.

Seja como for, o fato é que o debate representado por Honneth e Fraser repercute de forma liminar nas lutas sociais na contemporaneidade. Nesse sentido, discutir os termos e o desenvolvimento desse debate é também uma forma de acompanhar a evolução de alguns dilemas que marcam nossa época. É com esse espírito que este texto foi pensado.

Pretendo aqui revisitar algumas ideias e preocupações de pesquisa de 15 anos atrás quando entrei em contato com o pensamento de Honneth e Fraser. O que me levou a discutir o movimento negro brasileiro até aquele momento a partir do dilema entre reconhecimento e redistribuição (NEVES, 2005, 2007). Buscarei, assim, retomar esse questionamento inicial sobre o movimento negro e, ao mesmo tempo, revisar os desdobramentos teóricos do debate entre Fraser e Honneth para a obra de ambos.

Nesse sentido, analisarei uma dupla dimensão que cerca o debate sobre reconhecimento e redistribuição. A primeira delas, filosófica e teórica, tem os principais contornos delineados no livro conjunto de Fraser e Honneth de 2003 e ganha novos significados a partir do desenvolvimento das ideias dos autores desde então.

A segunda dimensão é política. Importa aqui pensar o quanto esses conceitos são ou não importantes ainda hoje na práxis de grupos sociais concretos, os quais, como já salientado, não estão alheios aos debates teóricos e filosóficos em nossa época. Afinal, como nos lembra Giddens (2002), há uma dupla hermenêutica no conhecimento produzido pelas ciências humanas, uma vez que esse conhecimento se alimenta das transformações do mundo social e, ao mesmo tempo, influencia em alguma medida essas transformações.

Algo que em nosso campo de pesquisa é ainda mais verdadeiro, uma vez que muitos atores sociais mais engajados não apenas manipulam os conceitos e as linguagens das chamadas Humanidades, como também, em alguns casos, são intelectuais inseridos no campo científico – nas universidades, em Organizações Não Governamentais (ONGs) etc.

Essa é uma dimensão que não deve ser esquecida quando abordamos as obras de dois autores que se querem como representantes de uma teoria crítica, a qual, desde Horkheimer (1983), se quer comprometida com a ideia de emancipação e de intervenção na vida pública.

Além disso, fiéis a uma tradição hegeliano-marxista – perceptível na formação de ambos os autores –, Honneth e Fraser argumentam que, mais que buscar criar conceitos normativos a-históricos, eles buscam explicitar de forma teórica o estágio atual das lutas e reivindicações sociais de maior evidência na contemporaneidade.

Entender a atualidade do debate reconhecimento/redistribuição é, pois, não apenas uma forma de acompanhar a evolução do pensamento de Honneth e Fraser sobre o tema, como também de pensar o quanto esse debate é ainda, ou não, atual no contexto sócio-histórico de nosso tempo.

Reconhecimento ou as aporias da diferença

A questão filosófica que anima o debate entre Honneth e Fraser desde o final da década de 1990 é o de saber se, afinal, o conceito de “reconhecimento” é amplo o suficiente para se tornar a expressão da realização da justiça em nossa época ou, se, ao contrário, ele não implica necessariamente a inclusão das demandas redistributivas nas lutas por justiça dos grupos sociais. Ou seja, até onde o reconhecimento é um critério de justiça extensivo a toda realidade? Pomo da discórdia entre eles, essa questão vai incitar uma polêmica extraordinariamente rica.

Assim, Honneth (1995) vai propor, desde a publicação de seu livro *A Luta por reconhecimento* no início dos anos 1990, que o reconhecimento é a dimensão esquecida pelas teorias sociais e que esse conceito poderia ser a chave para entender a evolução das sociedades modernas e para constituir uma teoria de justiça ampliada. Retomando as ideias do jovem Hegel, ele coloca o reconhecimento como fundamental para entendermos a emancipação e a autorrealização do sujeito moderno.

Nessa perspectiva, o reconhecimento atua em três níveis distintos, mas interconectados, a saber: no nível das relações afetivas próximas, onde o amor seria o princípio fundamental; no nível das relações interindividuais, em que o direito seria o princípio estruturante de relações assentadas no respeito entre os sujeitos; por fim, a solidariedade seria a base sobre a qual se assenta a coesão social de uma sociedade na qual certos valores e normas são partilhados.

Já Nancy Fraser vinha, desde o final dos anos 1990, defendendo a ideia de que a ênfase no reconhecimento por autores como Honneth (1995), Charles Taylor (1992), Íris Marion Young (1990) etc. teria levado ao esquecimento das demandas por redistribuição que foram, desde o Século XIX, o motor das transformações sociais. Ao mesmo tempo, Fraser também se opunha às concepções de justiça de cunho economicistas, a exemplo da de John Rawls (1972), referência constante no debate.

É nesse contexto que Fraser propôs seu modelo de justiça bidimensional, em que reconhecimento e redistribuição são percebidos como conceitos complementares para se pensar o justo em sociedades pós-socialistas, ou seja, em sociedades em que o socialismo já não se apresenta como alternativa de curto ou médio prazo.

Fraser (2001) afirma, ainda, que o reconhecimento deveria ser pensado em termos da noção weberiana de status. O reconhecimento seria associado ao status que um indivíduo ou grupo teria na sociedade, não em termos culturais e de identidade. Além disso, a autora indica a necessidade de introduzir a participação como um critério complementar ao reconhecimento e à redistribuição na definição do justo.

Os argumentos resumidos são já bem conhecidos e debatidos no âmbito das ciências sociais e da filosofia política. Contudo, uma boa maneira

de contextualizarmos esse debate é acompanhar a evolução das posições de Honneth e Fraser após a publicação do livro de 2003.

Nesse sentido, observa-se a manutenção de linhas mestras na reflexão deles, mas com algumas inflexões importantes. Enquanto Honneth (2008) aprofundou sua análise acerca dos vários modos de desprezo social em nossas sociedades, Nancy Fraser (2009) afinou sua análise ao dar maior relevo ao conceito de *representação paritária* como outra dimensão do justo, adotando um modelo tripartite da justiça.

Da mesma forma, embora o tema da autorrealização continue sendo central em Honneth, ele vai reconhecer que sua formulação do tema até o início dos anos 2000 dava pouca atenção aos aspectos intersubjetivos da análise. Assim, por exemplo, em uma entrevista recente, publicada em janeiro de 2013 na revista *Philosophy and Social Criticism*, ele confessa que sua *démarche* dava pouca ênfase aos contornos institucionais das relações sociais e à historicização dos padrões de reconhecimento, ou seja, aos modos socialmente relevantes de construção do reconhecimento. Razão pela qual ele afirma que, se fosse reescrever o livro *A Luta por Reconhecimento*, ele daria maior importância à dimensão intersubjetiva de sua teoria. De certa forma, há aqui a admissão de que o conceito, na forma como foi expresso nos anos 1990, estava marcado intrinsecamente por uma perspectiva centrada no sujeito e na subjetividade, justamente uma das críticas de Fraser.

Como quer que seja, essa preocupação com aspectos institucionais e históricos do reconhecimento o leva a dar maior importância a temas como as patologias da razão (2009), o papel do reconhecimento no capitalismo (2009), a reificação (2007), o Socialismo (2017) etc. – considerados temas típicos da teoria crítica e que demonstram uma certa preocupação em pensar o reconhecimento em contextos históricos inseridos no sistema capitalista.

Essa mesma preocupação sistêmica aparece na obra de Nancy Fraser, a qual se voltou para pensar sobre os dilemas de uma teoria da justiça em uma época marcada pela globalização (2007, 2009), sobre a transnacionalização da esfera pública (2014) ou, ainda, sobre os dilemas do feminismo na contemporaneidade (2013).

Como se pode ver por esse sobrevoo temático, a evolução da obra desses autores tem pontos convergentes, sem que tenha havido um acordo com relação ao cerne do debate entre eles.

A teoria do reconhecimento em Honneth é uma teoria da “luta por reconhecimento”. Como remarcado por Deranty (2009), isso pode ser interpretado como uma atualização do conceito de luta de classes. Uma visão *post-marxista* de luta de classes, talvez; mas, ela busca sanar a ausência de conflito a que a visão neofuncionalista da teoria do agir comunicativo de Habermas havia levado para a teoria crítica da Escola de Frankfurt.

Esse é um ponto que aproxima Honneth de Fraser. Apesar do tom normativo das teorias desses autores, que se querem teóricos da justiça, é evidente que o que está em questão em suas obras é uma forma de ver o social, por meio da qual os conflitos têm um papel fundamental no ordenamento das sociedades. Esse é um dos temas que eles irão aprofundar nas obras posteriores, buscando perceber o quanto essas lutas são ou não emancipatórias.

Certamente, por trás da oposição *reconhecimento X redistribuição* há implícita a tensão entre explicações de ordem econômica e as de ordem cultural ou simbólica³. Mas podemos afirmar que essa tensão, que é o cerne da oposição entre Fraser e Honneth, vai se diluir com o tempo. Não apenas porque Fraser inseriu elementos não econômicos em sua teoria (a importância dada ao conceito weberiano de status, ao lugar que o conceito de participação vai ganhar em sua obra, ou ainda, à discussão dos efeitos da globalização para uma teoria da justiça), mas também porque Honneth tornou-se cada vez mais sensível aos aspectos sistêmicos que afetam o reconhecimento dos atores sociais, seja através de suas discussões sobre a alienação, sobre o socialismo ou sobre as patologias da modernidade.

Não estou, obviamente, afirmando que as diferenças entre esses autores desapareceram (as quais continuam muito fortes em muitos detalhes), mas sim que o diálogo contínuo com as mudanças no mundo contemporâneo e com o desenrolar das lutas sociais em nossa época levaram esses autores a afinarem suas teses ao longo dos anos.

3 *Tensão que não é nova, pois já aparecia tanto na tradição marxista (sobretudo em torno da obra de Gramsci) quanto sociológica (a obra de Pierre Bourdieu talvez seja a que melhor expressa isso).*

Isso aparece na discussão sobre até que ponto as lutas por reconhecimento são sempre emancipatórias. Sobre esse ponto, podemos observar que tanto um quanto o outro buscam mostrar os dilemas dessas lutas. Em Fraser, desde seus escritos dos anos 1990 sobre o feminismo (alguns dos quais reeditados no livro de 2013 sobre o tema) há uma percepção de que os discursos identitários não apenas não bastam para expressar a justiça em nossas sociedades como também eles podem levar a reificações identitárias que findam por se tornar meios de opressão de quem não se enquadra na identidade reificada⁴. Fraser retoma essa discussão no artigo que faz parte desse dossiê, ao considerar que discursos identitários apenas não são capazes de forjar uma hegemonia que possa combater as ideias reacionárias, racistas e excludentes em voga na contemporaneidade.

Em Honneth (2001), essa percepção é menos explícita e mais complexa, mas aparece quando afirma que não são lutas por reconhecimento as demandas de grupos que negam os direitos por reconhecimento de outros grupos. Isso é explicado pelo fato de que o reconhecimento pressupõe relações intersubjetivas igualitárias em que o direito e a solidariedade ocupam um papel fundamental na manutenção dessa igualdade.

De todo modo, o que está implícito aqui é que o caráter emancipatório do reconhecimento passa também pelo reconhecimento do outro. O ponto cego é saber qual ou quais outros podem ser reconhecidos a partir das demandas de um grupo específico. E nós veremos mais adiante que essa está longe de ser uma questão meramente ontológica, mas também de ordem da práxis dos grupos sociais.

Movimento Negro e os dilemas do reconhecimento

Como pensar esse debate nos dias atuais para além das obras desses dois autores tão importantes para o pensamento contemporâneo? Fiel ao princípio de que as ideias não são apenas ideias, que elas povoam os livros mas, também, quando têm visibilidade, as práticas dos atores em diversos espaços sociais, creio ser interessante pensarmos como esse debate rebete

⁴ Nesse ponto, há uma proximidade entre Fraser e o pensamento crítico de Judith Butler (1990), que vê certa essencialização em algumas versões do feminismo.

na sociedade brasileira atual, sobretudo no que diz respeito ao debate sobre a questão racial, um dos temas mais candentes no país.

Farei isso tomando o caso dos discursos e das lutas dos movimentos sociais negros no Estado de Sergipe. O que se explica pelo fato de que, apesar de características locais bem marcadas, as tendências do movimento negro sergipano dialogam em muitos sentidos com o que ocorre em nível nacional, assim, essa é uma boa perspectiva para se analisar a questão.

Antes de prosseguir, gostaria de tecer algumas considerações metodológicas. O texto está assentado nos resultados de pesquisas que venho realizando sobre o tema racial desde fins dos anos 1990. Nesse período, realizei dezenas de entrevistas com militantes dos movimentos negros, participei de diversas reuniões e eventos públicos sobre a questão racial e, nos últimos dois anos, venho acompanhando o debate em algumas redes de Whats-App e do Facebook em que o tema racial é preponderante. Não se trata de uma pesquisa monográfica, e sim de um conjunto de pesquisas que têm um fio comum. Além disso, por tenho priorizado os métodos qualitativos, não pretendo caracterizar o conjunto dos movimentos negros no país⁵ ou mesmo em Sergipe; mas, sobretudo, identificar temas e narrativas com alguma legitimidade entre os militantes.

Nos anos 1980, após as comemorações dos 100 anos de abolição da escravidão, em 1988, havia claros indícios de que a compreensão sobre o racismo e sobre a questão negra no Brasil estava se modificando. A criação da Fundação Palmares (1988), a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), a criação do Grupo de Trabalho Interministerial Para a População Negra (1995) e o discurso do Presidente FHC reconhecendo a existência do racismo no Brasil (1995) foram momentos simbólicos importantes dessas mudanças, sobretudo no que diz respeito aos discursos oficiais do Estado.

Essas mudanças se farão acompanhar de mudanças no seio dos movimentos negros, os quais assumiram desde fins dos anos 1970, principalmente após a criação do Movimento Negro Unificado em 1978, uma postura de crítica ao discurso até então hegemônico sobre a democracia racial no país.

5 Apesar de ainda pouco estudado, o peso da diversidade regional da questão racial é flagrante.

Em Sergipe, essa problemática ganhou algumas especificidades. Assim, no início dos anos 1980, alguns militantes passam a se reunir para criar uma organização que pudesse representar os diversos segmentos da população negra, a União dos Negros de Aracaju (UMA).

Essa organização foi oficialmente criada em 1986 e aglutinou os jovens militantes negros que, ao mesmo tempo, militavam também em partidos políticos de esquerda (PT e PCdo B principalmente).

Já nos anos 1990, o UNA esfacelou-se; então, deu lugar ao surgimento de diversas organizações, sendo a principal delas a ONG “Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania” (SACI), que se estruturava em torno de alguns projetos de intervenção social financiados por agências internacionais e nacionais.

Essa última associação foi a mais importante entidade negra de Sergipe ao longo de toda década de 1990, sobretudo no que diz respeito à definição da agenda pública do movimento negro sergipano, seja pelo efeito emulador sobre outras associações, seja pela presença dos militantes da SACI no Fórum de Entidades Negras (FENS), seja ainda pela participação direta de militantes da SACI em outras organizações da sociedade civil em Sergipe⁶.

Era esse o quadro dos movimentos negros em Sergipe quando iniciei o trabalho de campo junto a eles em fins da década de 1990. Ao contrário do que se passava em outras cidades brasileiras com forte proporção de não negros na população⁷, não havia em Aracaju uma visibilidade das discussões sobre o racismo ou o preconceito; ademais, os militantes relatavam uma grande dificuldade em ampliar o público de suas denúncias ou em mobilizar os “negros” para participar de suas ações. Muitos reclamavam mesmo de ser Sergipe “uma terra de morenos”, sendo poucos os que se autodeclaravam negros, mesmo os que tinham a tez mais escura⁸. O mais

6 Para uma história mais pormenorizada da história do movimento negro em Sergipe, ver Neves, 2000 e 2001; Souza, 2012; Dantas, 2003.

7 Salvador era, na época, o caso mais emblemático.

8 Ponto comum nos discursos da maioria dos movimentos negros do país é a classificação do negro como sendo todo aquele que tenha ascendência negra, independentemente da cor da pele. Negros são, nessa visão, respaldada pelo IBGE, os pardos e pretos. Apesar do caráter oficial dessa classificação, ela está longe de ser uma unanimidade. As queixas dos militantes negros mostram que ela era pouco presente no cenário sergipano nessa época.

midiático e antigo desses militantes costumava explicar essa situação em termos de “fuga étnica” dos mulatos, os quais buscavam se distinguir dos “pretos retintos” (os mais discriminados pela sociedade) e, assim, se aproximar dos brancos. Nesse contexto, a estratégia presente em muitos dos discursos militantes era de adotar o discurso já consolidado no movimento negro nacional e nos documentos do IBGE de que os negros eram o somatório dos pretos mais os pardos. Isso, porém, não correspondia à prática dos principais órgãos públicos estaduais.

Com efeito, minhas pesquisas nesse período (NEVES, 2000 e 2001) mostraram que os discursos oficiais no Estado (aqueles veiculados por documentos estatais, homens públicos ou intelectuais com prestígio social) construíam uma imagem do Estado como sendo um lugar sem discriminações raciais, em razão do tipo de escravidão que ali existiu⁹. Segundo esse argumento, pela predominância no Estado de pequenos plantéis de escravos, uma vez que em Sergipe a lavoura açucareira não teve a mesma importância que em Pernambuco ou na Bahia, estabeleceu-se um tipo de relação mais branda entre brancos e escravos. Versão sergipana da tese freyriana da democracia racial, esse argumento era presente mesmo nos discursos de alguns militantes negros quando se tratava de explicar a pouca penetração popular de suas ideias.

De todo modo, o fato é que em fins dos anos 1990 a “questão negra” em Sergipe¹⁰ tinha pouca visibilidade pública, com pouca presença na mídia ou nos discursos oficiais do Estado sergipano¹¹. Assim, é possível afirmar que, em face dessa invisibilidade, a estratégia adotada era de buscar, pela via do discurso identitário, o reconhecimento em termos de direitos garantidos e de empatia social para com a causa do movimento negro.

Seja como for, no final dos anos 1990, em Sergipe, o movimento negro era atravessado por alguns dilemas. Um primeiro dilema era sobre o tipo de ação que deveria nortear a prática do movimento; nesse sentido, havia um

9 *Essa tese era veiculada em vídeos confeccionados pela secretaria de educação e que eram usados na disciplina de cultura sergipana nas escolas públicas do Estado.*

10 *Ao menos tal qual ela era vista pelos militantes negros.*

11 *Para uma discussão sobre a visibilidade pública dos discursos sobre raça em Sergipe, ver: Gomes, 2002.*

grande debate acerca do papel que as ONGs deveriam ter. Para alguns dos militantes, a ação das ONGs negras era nefasta, na medida em que essas buscavam apenas desenvolver ações assistencialistas, desfocando a atenção dos militantes e da população negra da causa maior que era combater o racismo e o discurso negador deste na sociedade brasileira. Para estes, devia-se buscar pôr em prática políticas compensatórias que beneficiassem todos os negros e não apenas ao público reduzido atingido pela ação das ONGs. Para os militantes destas, ao contrário, suas ações eram importantes para dar visibilidade à causa comum, disputando assim a hegemonia sobre a questão racial no país. Além disso, segundo eles, as ONGs podiam desenvolver projetos pilotos que poderiam servir de modelo para políticas públicas posteriores, a exemplo dos observatórios de imprensa, os SOS racismos etc.

Essa questão não esgotava as disputas no interior desse movimento. Outro debate muito forte era acerca do lugar da cultura nas estratégias de mobilização. O que opunha, em algumas ocasiões, os grupos que atuavam mais no âmbito cultural (os grupos religiosos, os ligados à música ou à dança) aos grupos que tinham uma atuação mais voltada para a intervenção política (a exemplo das organizações negras mais atuantes no âmbito da denúncia do racismo, MNU etc.). Para os primeiros, a cultura era um meio de fazer a mensagem crítica ao racismo chegar mais longe, enquanto os segundos vislumbravam a possibilidade de uma folclorização das demandas negras se estas ficassem restritas apenas às questões culturais; não que estes negassem o valor da cultura, mas eles achavam que muitos grupos culturais estavam alheios aos verdadeiros problemas dos negros. Assim, para eles, haveria os grupos culturais engajados nas lutas antirracistas e os grupos alheios a esta, o que levou os organizadores da SACI a apoiarem a criação de um grupo de capoeira angola, vista como mais engajada que a capoeira regional, por exemplo.

Apesar dessa clivagem, havia certo consenso entre os militantes: para combater o racismo, seria necessária a criação de uma identidade negra contrastiva, construída em torno da negritude e da luta contra um inimigo, os brancos. Essa ideia de que o racismo apenas poderia ser combatido se os negros se organizassem para tomar o poder cumpria um papel mais performático e voltado para o público interno que de real estratégia política prática. Mas cumpria uma importante função na constituição de redes

de solidariedade entre os militantes e no processo de inter-reconhecimento entre eles.

Além disso, durante os debates públicos, parecia haver um consenso sobre a necessidade de um inimigo para o sucesso de suas ações. Assim, para eles era necessário dar visibilidade ao “inimigo” histórico (os brancos, pois eram estes que se beneficiavam com a discriminação em relação aos afrodescendentes) a fim de construir uma identidade negra.

Identidade que poderia se traduzir em capital político e levar os “negros” ao poder, o objetivo vislumbrado por boa parte deles: *“Já se tem visibilidade do inimigo, o que falta é apenas a tomada do poder”* (frase de um militante, à época com 40 anos e que militava no movimento há mais de 15 anos). Para muitos, a questão se colava em termos de uma nova etapa do movimento negro, em que as denúncias do racismo deveriam ceder lugar a uma participação mais efetiva nas estruturas do poder para, assim, influenciar as políticas públicas voltadas para a população negra.

Percebe-se nessas falas que esses militantes começavam a mudar de perspectiva quanto à ação do movimento, pois lhes parecia claro nesse momento que a participação na elaboração das políticas públicas era o caminho para as entidades negras ganharem legitimidade social.

Nota-se aqui, ainda, o quanto a questão da “participação”, invocada por Fraser mais ou menos na mesma época, era um ponto importante nas estratégias dos atores envolvidos com a militância negra. Isso era algo que tinha a ver tanto com as possibilidades abertas com as primeiras vitórias dos partidos de centro-esquerda no Estado, como com o nível de legitimidade que os mecanismos participativos tinham ganhado na sociedade brasileira naquela altura.

Desse modo, no começo dos anos 2000, já podiam ser percebidas algumas mudanças nos discursos e nas práticas dos militantes com os quais tinha contato. Alguns grupos buscavam ampliar a sua base de influência, flexibilizando seus discursos em torno da identidade negra. Alguns militantes referiam-se mesmo às casas de culto afro-brasileiro como modelo capaz de integrar indivíduos de diversas origens sociais e de cores diferentes, o que era visto como a expressão da sabedoria africana. Daí que alguns

militantes vão afirmar nesse período que, mais que “identificar inimigos, era necessário construir parcerias e pontes” com outros atores.

Uma forma de explicar essa transformação talvez seja pela possibilidade de alianças mais formais com os políticos que estavam chegando ao poder, tanto ao nível local (ligados ao PT e ao PCdo B) quanto nacional (PT). O descortinamento de perspectivas de participação efetiva no poder, que estava desde a década de 1980 no âmago dos discursos do movimento negro mais atuante, obrigava os militantes a se abrirem para discursos politicamente menos exclusivistas que os discursos anteriormente defendidos.

O sucesso eleitoral dos partidos de esquerda em Sergipe¹² permitiu que os militantes negros mais próximos ocupassem cargos públicos, promovendo a discussão sobre o preconceito racial para o interior do governo estadual e de diversos municípios.

Isso gerou um duplo efeito: por um lado levou os militantes negros a abandonarem o discurso do “inimigo” como elemento mobilizador, uma vez que esse discurso não permitia alianças com outras forças sociais; e, por outro lado, levou diversos políticos a incorporarem em suas plataformas políticas algumas demandas dos movimentos negros¹³.

Pelo lado dos militantes negros, o início dos anos 2000 marcou também mudanças discursivas importantes. Assim, por exemplo, um dos militantes mais inseridos nos jogos de poder no interior do PT, afirmou, durante um de nossos encontros, em contradição a sua posição alguns anos antes, que a questão negra estava se fundindo em outras lutas e que, portanto, a questão da identidade estaria se tornando menos importante para os movimentos negros, dando lugar a demandas pela aplicação de políticas públicas específicas para a população negra.

12 *A coligação PT-PCdo B ganhou a prefeitura de Aracaju em 2000, 2004 e 2008, bem como o governo do Estado em 2006 e 2010.*

13 *Assim, por exemplo, três importantes líderes políticos de esquerda ocupando cargos públicos nos anos 2000 vão se tornar porta-vozes de algumas demandas históricas dos movimentos negros, ao contrário de suas falas nos anos 1990 de que o movimento negro equivocava-se ao não considerar a questão da luta de classes. Essa transformação da esquerda, que vai do discurso que opunha raça e classe à aceitação de que o discurso racial poderia levar a uma maior conscientização classista, pode ser lida como uma tentativa de conciliar reconhecimento e redistribuição*

Diversos fatores devem ter influenciado essa mudança. Por um lado, a chegada ao poder de coligação de partidos de esquerda (onde a maioria dos militantes negros militavam) tanto na cidade de Aracaju (em 1998) quanto no governo federal (em 2002), criou as condições para uma aproximação entre militantes negros e os novos governantes.

Isso é perceptível em várias escalas. Por um lado, nota-se uma mudança nos discursos de ocupantes de cargos públicos acerca da questão racial, a qual deixa de ser uma questão acessória dos discursos públicos da esquerda para ser publicizado como uma das prioridades de governo.

De todo modo, como nos mostram alguns estudos recentes (DANTAS, 2003; CEAFFRO, 2009; AGUIAR, 2012; SOUZA, 2012; FERREIRA DA SILVA, 2016), alguns militantes negros em Sergipe ingressaram em diversas instâncias estatais, buscando promover algumas políticas públicas específicas¹⁴.

A avaliação geral que tem sido feita no interior dos movimentos negros sobre essa ascensão política de alguns militantes é de que isso não significou necessariamente uma reconversão do Estado às suas ideias. Segundo depoimentos de alguns militantes que ocuparam cargos estatais, a “entrada no Estado” não se deu pela porta da frente, mas sim pela porta dos fundos. A maioria das experiências de militantes no Estado dá-se em postos sem muita significância e sem recursos disponíveis¹⁵.

O discurso remodelado do movimento negro passou a ser aceito por atores que no passado o viam como uma forma de divisionismo da causa operária, o que aumentou o capital político dos militantes negros. Assim, a esquerda se abriu para a ideia de ceder espaços governamentais para setores do movimento negro. Isso significa uma possibilidade de participação desses militantes nos pleitos eleitorais como candidatos a cargos

14 *Uma primeira avaliação das principais medidas governamentais que contaram com a participação dos militantes que estão nas diversas instâncias de governo em Sergipe revelam que as temáticas mais discutidas por eles estão ligadas a questões culturais e educacionais, tendo os campos das religiões afro-brasileiras e dos direitos das comunidades quilombolas uma visibilidade evidente (CEAFFRO, 2009).*

15 *Um destes militantes, que está à frente de um órgão no governo estadual, afirma que juntamente com a nomeação ele obteve apenas uma sala e um computador conectado à internet: “Fico apenas eu em uma sala, com um computador e internet” (CEAFFRO, 2009).*

proporcionais¹⁶, ou por meio de cargos de confiança junto aos governos ou, ainda, como assessores de ocupantes de cargos eletivos¹⁷.

Isso ocorreu em um contexto em que os debates internacionais passaram a influenciar a agenda política internamente. A introdução das cotas universitárias em algumas universidades brasileiras pouco tempo após a conferência da ONU sobre racismo e discriminação em 2001¹⁸ é o exemplo mais notório dessa influência externa.

Algumas das mudanças citadas são frutos não apenas da ação dos movimentos sociais (inclusive os negros) mas também de uma conjuntura internacional na qual certos valores e princípios são introduzidos em convenções internacionais e mesmo em contratos de empréstimos do Banco Mundial (a questão ecológica ou o respeito aos povos tradicionais). Isso configurou-se como um capital importante na ação de alguns militantes negros no interior do Estado.

Como um militante negro que ocupou cargo importante no governo federal me declarou, “*de repente ficou mais fácil convencer alguns companheiros da esquerda que a questão racial também era importante*”. Não que houvesse um consenso dentro dos governos, por exemplo, acerca das questões levantadas pelo movimento negro¹⁹, mas não pode ser desconsiderado o fato de essas temáticas terem respaldo de decisões de conferências e convenções internacionais.

As diferenças entre as estratégias do movimento negro em Sergipe no passado e atualmente são bastante significativas. Mas, como entender essas mudanças? Cremos que, para além das mudanças de âmbito geracional entre os militantes, há que se analisar as mudanças que ocorreram no plano da economia moral ou, ainda, das percepções de justiça na sociedade brasileira (NEVES, 2011).

16 *Sobretudo para cargos de deputados e vereadores.*

17 *Para uma análise pormenorizada desse processo, ver Souza, 2012.*

18 *Trata-se da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul.*

19 *A questão das cotas tem gerado um debate muito forte no interior do governo federal, sobretudo no âmbito do Ministério da Educação, da mesma forma que a questão quilombola pôs em lados contrários o Ministério da Agricultura e a SEPIR, por exemplo.*

Assim, todas essas transformações ocorrem em um contexto nacional de maior penetração da questão do combate às desigualdades no debate público.

O discurso racial tendeu a se tornar mais legítimo à medida que o debate sobre as desigualdades no país se aprofundava, tornando as desigualdades raciais uma das formas de desigualdades a serem combatidas pelas políticas públicas. Isso significa afirmar que a maior ou menor aceitação dos discursos raciais nas políticas governamentais tem a ver tanto com a presença de militantes negros no âmbito do Estado quanto com o fato de que “mudanças” discursivas (no sentido foucaultiano) ocorreram no Brasil nas últimas décadas. Mudanças que tem a ver com o clima internacional (as convenções da OIT, da ONU, Unesco etc.) com o discurso do próprio movimento negro, com a abertura democrática, a discussão sobre os direitos humanos na sociedade etc.

Dito de outra forma, o movimento negro passou a agir em um contexto em que os discursos sobre o igualitarismo se tornaram hegemônicos, inclusive os referentes às desigualdades acerca da raça, justamente a temática que a ação denunciatória dos movimentos negros mais sublinhou.

Temos aqui um indício da influência que os movimentos negros conquistaram no cenário brasileiro. Influência que se manifestou mais no plano das ideias que no poder político efetivo. Eles conseguiram, em nível do simbólico, não sem a conjunção de diversos fatores que escapavam de sua influência direta – por exemplo, as convenções internacionais, as pressões de organismos internacionais sobre o governo brasileiro, a ação de fundações como a FORD no âmbito acadêmico e da sociedade civil, os debates acadêmicos sobre temas tradicionalmente abordados pelos movimentos negros, a exemplo das cotas universitárias etc. –, fazer com que suas ideias se tornassem hegemônicas no país, como provam diversos eventos, inclusive o julgamento favorável do TSE sobre a garantia de cotas nas universidades para negros, em 2012.

Esse modelo de ação participativa do movimento negro entrou em crise com as mudanças governamentais após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2016. Vários organismos de Estado voltados para assuntos raciais perderam orçamento e poder real, a exemplo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) – que

perdeu o status de ministério em maio de 2016 – e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Isso reforça as críticas de segmentos do movimento que viam nesse processo participativo certo afastamento e esquecimento das bases dos movimentos.

Como consequências dessas mudanças, novos modos de mobilização racial começaram a ganhar destaque, sobretudo entre os jovens. O surgimento dos “coletivos negros” em diversas universidades públicas²⁰, a visibilidade de grupos que se autodenominam de feministas negras²¹, e o intenso debate nas redes sociais de grupos de mulheres, LGBTI e outras minorias negras, indicam algumas dessas mudanças.

Esses grupos têm sido críticos da estratégia de participação dos militantes nas esferas estatais (que havia sido muito forte durante os governos do PT entre 2003 e 2016), vistas como desmobilizadoras da ação das bases. Ao mesmo tempo, eles têm reivindicado mais explicitamente o direito à diferença e políticas públicas que levem em consideração essas diferenças. Assim, por exemplo, a partir da difusão do conceito de interseccionalidade²², diversos grupos passaram a chamar a atenção para a especificidade da situação das mulheres negras.

Da mesma forma, a partir de um debate sobre o termo do colorismo, alguns grupos começaram a sustentar a posição de que, por serem mais discriminados, os pretos tinham mais direitos às políticas afirmativas. Surgiu uma geração pós-ações afirmativas, que busca identificar quem são os mais excluídos e, portanto, mais legítimos para serem beneficiados por essas políticas. Isso se traduz, por exemplo, na denúncia de pessoas que se beneficiaram das ações afirmativas mas que não tinham a pele escura o suficiente para terem sido discriminadas.

20 Não há estatísticas sobre o número exato desses coletivos; contudo, uma visão geral do impacto dos mesmos na vida universitária nos é dada pelo número de participantes no Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros, realizado em maio de 2016 na UFRJ: cerca de 1.500 inscritos, segundo alguns militantes.

21 Buscando assim se distinguirem das feministas brancas, consideradas como insensíveis aos problemas que atingem as mulheres negras.

22 Conceito que busca dar conta das interconexões entre diferentes tipos de desigualdades e exclusões, sobretudo entre as que se estruturam em torno de gênero, raça e classe social. Para uma discussão aprofundada desse conceito e de seus usos no Brasil, ver Moutinho, 2014.

Isso tem se traduzido nas demandas por comissões de verificação sobre as fraudes nos concursos públicos com ações afirmativas. Na prática, isso implica definir quem tem direito às ações afirmativas, e que o critério mais adotado por essas comissões tem sido o critério fenótipo, sem considerar aspectos ligados à ascendência ou de vínculos culturais²³.

Da mesma forma, segundo depoimentos colhidos junto a diversos militantes de coletivos negros, têm ocorrido tensões entre militantes pretos e pardos. Uma jovem militante relatou-me ter sido tratada de forma pejorativa como “afro-bege”, por não ter a pele preta. Outros relatos citam impedimentos para participar de reuniões por não serem pretas, ou por não serem pretas e homossexuais, ou simplesmente por não serem mulheres.

Isso significa outra ruptura com o movimento negro hegemônico durante os governos do PT. Se esses, desde os anos 1970, vinham, como vimos, insistindo na ideia de que todos com ascendência negra deveriam ser considerados negros, com vistas a combater os discursos da mestiçagem e da democracia racial, alguns dos militantes mais jovens parecem pender para um caminho em que o fenótipo teria um caráter preponderante.

A questão que se coloca aqui é que isso significa criar separações no interior do grupo classificado pelo IBGE como negros (pretos e pardos). Classificação que fazia parte das demandas do movimento negro no passado e que atualmente está sendo contestada por esses novos discursos.

Esse debate ganhou uma dimensão midiática em torno da escolha da cantora Fabiana Cozza para interpretar D. Ivone Lara em um espetáculo musical em maio de 2018. Após o anúncio do elenco, diversos organismos e militantes criticaram o fato de que Cozza, apesar de negra, tinha a pele mais clara do que tinha Ivone Lara. A virulência dessas críticas levou Cozza a desistir do papel alguns dias após o anúncio de sua escolha.

Se quisermos pensar essas mudanças nos termos do debate entre Fraser e Honneth, podemos afirmar que, após um período de busca por uma

²³ Exemplo disso foi o que ocorreu na UFRGS em fevereiro e março de 2018, quando estudantes e membros do movimento negro ocuparam a sede da reitoria para protestar contra mudanças nos critérios de verificação das autodeclaração de alunos cotistas negros. Para os militantes negros, apenas os critérios fenótipos dos candidatos deveriam ser usados por essas comissões, não havendo espaço para levar em consideração fotos de pais ou avós negros, por exemplo.

participação paritária nos órgãos estatais que possibilitaram que reivindicações distributivas e identitárias fossem implementadas, certos segmentos dos movimentos negros têm centrado suas ações em torno de definições identitárias com o intuito de controlar o acesso às políticas afirmativas em vigor no país.

Pode-se aventar diversas hipóteses para entender essas mudanças. A luta pelos lugares criados pelas políticas afirmativas em uma época de retração das políticas sociais, a maior diversidade social de espaços institucionais onde foram aplicadas ações afirmativas, dá visibilidade às classificações raciais majoritárias entre membros de classes populares, onde as diferenças entre pardos e pretos são alimentadas por situações sociais concretas e cotidianas etc. Não estamos longe aqui da distinção entre preconceito de marca e de origem que Nogueira (1985) cunhou desde os anos 1950 para descrever as relações raciais no Brasil.

Seja como for, estamos vivendo no país um momento de pós-ações afirmativas, as quais ajudaram a criar uma maior representação de negras e negros nas instituições universitárias e em diversos espaços públicos²⁴ e, ao mesmo tempo, possibilitaram o aparecimento de um grupo de jovens que reivindicam maiores transformações na estrutura social do país e um maior reconhecimento das especificidades identitárias das populações negras.

Há aqui, de certa forma, um ponto cego nas práticas do reconhecimento; afinal, os discursos identitários são tanto formas de reivindicações de direitos quanto formas de categorizações e delimitações dos grupos sociais, definindo quem são ou não os membros desses grupos. Nesse sentido, de certa forma, isso ocorre também com os discursos racializados, em que a construção de sujeitos políticos se efetiva pela construção de “outros”, inclusive “outros” que podem ter sido próximos até bem recentemente. A exemplo, como vimos, do debate sobre o colorismo e sobre a posição dos pardos, por vezes julgados como ambíguos em relação à questão racial.

24 A população preta e parda nas universidades atingia cerca de 40% do total de vagas em 2016. Percentual que, apesar de ser ainda inferior à participação desses grupos na sociedade (cerca de 53%), está em pleno crescimento em relação ao passado. Com isso, se em 2005 apenas 5,5% dos jovens negros (pretos e pardos) estavam em instituições de ensino superior, esse percentual cresceu para 12,8% em 2015 (IBGE, 2016).

Embora esses discursos estejam longe de expressar a posição majoritária entre os militantes das diversas organizações dos movimentos negros, eles revelam muito acerca das tensões e das diferentes visões de mundo que permeiam as ações do militantismo negro atual. Para além do aspecto empírico desse debate, cremos que ele é muito interessante também por suas iluminações teóricas quando o confrontamos com os termos do debate entre Honneth e Fraser que discutimos anteriormente.

Conclusão

Com efeito, essas discussões nos colocam a questão dos limites dos movimentos identitários, em que a demanda por reconhecimento é o principal elemento unificador. A fronteira entre o reconhecimento de si e a negação ou exclusão do outro é tênue.

Como vimos, esse é o ponto mais crítico da discussão sobre reconhecimento, identidades e diferenças. Mas, se para Honneth (2007) discursos excludentes eram vistos como desvirtuamento dos princípios do reconhecimento, em Fraser isso era considerado como um risco real em todos os movimentos identitários; daí seu interesse em pensar o reconhecimento em termos de status.

Tudo isso, contudo, não os levava a uma postura de deslegitimação das demandas por reconhecimento. Para os autores, por mais que essas demandas possam, por vezes, tornar-se a expressão de visões excludentes e essencialistas sobre as identidades, elas expressam também a busca de uma vida boa pelos sujeitos. Ou seja, há que se pontuar o papel emancipatório e os limites da busca pelo reconhecimento.

Logo, dar conta dessa dupla dificuldade talvez seja o principal desafio de uma teoria crítica do reconhecimento em nossa época.

No caso de Honneth e Fraser, que veem a crítica como um modo de pensar o “melhor” dos mundos possíveis, nem sempre suas teorias vão na mesma direção dos discursos dos movimentos sociais. Ou seja, pensar criticamente por vezes significa apontar pontos cegos nos discursos dos movimentos, não com o intuito de deslegitimá-los, mas no sentido de indicar o que de fato eles estão afirmando quando dizem o que dizem, as consequências não voluntárias dos discursos...

Essa não é uma posição muito cômoda para os pesquisadores, nem, combina muito com o modo hegemônico de se pensar as ciências humanas em nossa época, em que as epistemologias não essencialistas imperam e em que a voz do ator social ganha tanta relevância quanto as análises dos pesquisadores. Algo que, em certo sentido, o próprio paradigma de reconhecimento reforça, ao dar primazia às demandas dos grupos por reconhecimento nas análises.

Uma posição crítica, expressa por Fraser desde o início do debate com Honneth e que este último paulatinamente vai dar maior relevo, leva-nos a questionar uma visão ingênua desse processo. Isso nos traz a questão de como interpretar quando certos grupos reivindicam para si o reconhecimento a partir do não reconhecimento de outros ou, mais grave ainda, quando pregam o extermínio destes. Ou seja, o que fazer quando o reconhecimento se torna um elemento de exclusão e não apenas de afirmação do direito à diferença? Como nos posicionarmos frente ao inenarrável e à negação da humanidade do outro? Nesses casos, uma postura que busca apenas a entender a lógica interna dos discursos sem uma posição crítica pode ser interpretada como a aceitação dessa lógica.

O pano de fundo desse debate teórico-prático é o receio de que os discursos pelo reconhecimento possam se tornar álibis para discursos excludentes, como pode ser notado, por exemplo, em discursos nacionalistas e xenófobos em diferentes partes do globo.

Esse impasse tem já uma longa tradição nos debates acerca da questão racial no âmbito das ciências humanas. Uma preocupação que aparecia em alguns textos de Fanon (1968), ao criticar o movimento da negritude; para ele, esse movimento corria o risco de reproduzir o mesmo sistema de valores instaurado pelo colonialismo, com alguns negros ocupando o lugar que na época colonial era ocupado pelos brancos.

Certamente os dilemas dos movimentos negros no país não são da mesma ordem que os casos extremos aqui citados. Contudo, esse debate nos mostra as dificuldades em conciliar a busca por reconhecimento sem cair nos excessos da reificação identitária.

Isso significa que a modulação de critérios do justo na vida social nem sempre tem o mesmo significado que nas teorias sociais pensadas para

representá-la. O que nos traz de volta ao dilema das teorias críticas, que são ao mesmo tempo expressões do ar do tempo e críticas a situações dadas, a partir de certa ideia de razão e de justo. Talvez não haja meios de evitar esse dilema; contudo, uma boa maneira de tomar consciência dele seja por meio do diálogo entre a filosofia política (e moral) e as ciências sociais, as quais, mais do que buscar critérios normativos a-históricos tentam situar quais critérios são socialmente relevantes em espaços e tempos delimitados. Algo que nos levaria, como dito anteriormente, a dar relevância ao tema da justificação, como querem autores tão díspares como Rainer Forst (2002), Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991) etc. Mas essa já é outra história...

Dito isto, não se pode afirmar em que direção os discursos hegemônicos dos movimentos negros seguirão no futuro, se serão demandas por reconhecimento respeitadas da diversidade e dos direitos de outros grupos ou se cairão nas ciladas da diferença, segundo a expressão cunhada por Pierucci (1999). Todavia, uma percepção desses desafios é já um bom começo para evitar essas ciladas, sobretudo em uma época em que os grupos que estão no poder não demonstram a mesma abertura para as demandas dos movimentos identitários – inclusive o negro – quanto os governos de centro-esquerda do passado recente. *Alea jacta est!*

Referências

AGUIAR, F. J. F. **A História da África Entre Embates e Dilemas:** Caminhos e Descaminhos da Implementação da Lei 10639/2003 na Experiência Escolar da Rede Pública Estadual em Sergipe. 2012. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

BOLTANSKI, L.; THÉVÉNOT, L. **De la Justification:** les Économies de la Grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

BUTLER, J. **Gender Trouble.** Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CEAFRO. **Informe Sobre Políticas e Movimentos Negros em Sergipe.** Salvador: CEAfro, 2009.

DANTAS, P. S. **Construção de Identidade Negra e Estratégias de Poder:** os Movimentos Negros Sergipanos na Década de 1990. 2003. 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

DERANTY, J. P. **Beyond Communication**. A Critical Study of Axel Honneth's Social Philosophy. Leiden; Boston: Brill, 2009.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA DA SILVA, A. Os militantes no poder: lideranças negras nos espaços institucionais em Sergipe (2003-2015). 2016. 266 f. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

FORST, R. **Contexts of Justice: Political Philosophy Beyond Liberalism and Communitarianism**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2002.

FRASER, N. **Scales of Justice**. Reimagining Political Space in a Globalizing World. New York: Columbia University Press, 2009.

FRASER, N. **Fortunes of Feminism**. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis. London: Verso, 2013.

FRASER, N. Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World. In: FRASER, N.; NASH, K. (Org.). **Transnationalizing the Public Sphere**. London: Cambridge, 2014. p. 8-42.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Recognition or Redistribution? A Political-Philosophical Exchange**. London; New York: Verso, 2003.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HONNETH, A. **The Struggle for Recognition**. Cambridge: Polity Press, 1995.

HONNETH, A. **Sofrimento de Indeterminação: uma Reatualização da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

HONNETH, A. **Disrespect: the Normative Foundations of Critical Theory**. Malden: Polity Press, 2008.

HONNETH, A. **Pathologies of Reason: on the Legacy of Critical Theory**. New York: Columbia University Press, 2009.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: OS PENSADORES. Benjamin, **Horkheimer, Adorno e Habermas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 139-154.

MOUTINHO, L. Diferenças e Desigualdades Negoçadas: Raça, Sexualidade e Gênero em Produções Acadêmicas Recentes. **Cadernos Pagu**, v. 42, p. 201-248, 2014.

NEVES, P. S. C. (2000). **A Questão Negra em Sergipe: visões de militantes e de não militantes** In: XXIV ANPOCS, Caxambu. Cdrom.

NEVES, P. S. C. (2001). **Raça e Região: Elementos Preliminares de uma Discussão**. In: As Ciências Sociais: Desafios do Milênio. Natal : EDUFRN, 2001, p. 174-200.

NEVES, P. S. C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, 2005.

NEVES, P. S. C. Construção Identitária e luta anti-racista no estado de Sergipe. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 1/2/3, p. 135-166, 2006.

NEVES, P. S. C. Cotas Universitárias e Percepções de Justiça: A Percepção de Estudantes Universitários. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2011 Disponível em : <http://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt30-12/1182-cotas-universitarias-e-criterios-de-justica-a-percepcao-de-estudantes-universitarios/file>

NOGUEIRA, O. **Tanto preto, quanto branco**: estudo de relações raciais. São Paulo: T.A Queiroz, 1985.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.SOUZA, M. É. S. de. **Movimento negro em Sergipe e política institucional**: um estudo a partir de carreiras de militantes negros. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

TAYLOR, C. **Multiculturalism and the “Politics of Recognition”**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton, Princeton University Press, 1990.

Recognition or Redistribution: What the debate between Honneth and Fraser says about social struggles and vice versa

Abstract

In this paper, we seek to revisit the debate between Honneth and Fraser about the concepts of recognition and redistribution under two different perspectives. On the one hand, we will try to verify the echoes and the consequences of this discussion in the works of these two authors after the book-debate of 2003. Thus, if it is true that the central divergences between them remained, it is also a fact that there was an approximation between their ways of conceiving the sources of injustice in contemporary societies. On the other hand, in the spirit of critical theory, that both Honneth and Fraser claim inheritance, we will try to discuss how this debate dialogues with the recent trends of the black movement, showing by this way that this debate is both theoretical and political.

Keywords: Recognition. Redistribution. Black movement. Critical Theory.

Recebido em 28/09/2018

Aprovado em 07/12/2018